

Mensagem da Sociedade Civil pela Garantia da Segurança Alimentar e Nutricional

Vivemos actualmente um contexto de grave crise internacional onde a fome e a insegurança alimentar continuam a aumentar à escala global. Preocupados com essa situação, entendemos que é urgente redobrar os esforços para que a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional figure como prioridade nas agendas políticas dos governos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Por intermédio desta Mensagem dirigida à **II Reunião dos Ministros da Saúde da CPLP** as Organizações e Redes da Sociedade Civil abaixo designadas reclamam atenção particular dos Governos para que:

- Reafirmem a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional como prioridade política da CPLP nas estratégias de cooperação bilateral e multilateral dos seus Estados-membros como garantia da realização do Direito Humano à Alimentação e do cumprimento do 1º Objectivo de Desenvolvimento do Milénio.
- Assegurem que os Estados que ainda não ratificaram o Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC), como Moçambique, assumam o compromisso político de o fazer com a maior celeridade possível como cumprimento da normativa internacional de referência no quadro do Direito Humano à Alimentação.
- Assumam o compromisso de incorporar o Direito à Alimentação como direito fundamental nas respectivas Constituições nacionais, bem como adoptar legislação específica nessa matéria.
- Assumam o compromisso de assumirem a Segurança Alimentar e Nutricional como um objectivo estratégico que deve nortear a formulação e implementação das políticas públicas e acelerem os processos de elaboração e implementação dos respectivos Programas e Estratégias Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional na África Lusófona e Timor-Leste no seguimento dos compromissos internacionais assumidos nas Cimeiras Mundiais da Alimentação.
- Assumam o princípio da Soberania Alimentar no âmbito da formulação dos respectivos instrumentos políticos nacionais garantindo o direito dos povos a definir as suas próprias políticas de produção, comércio e consumo de alimentos, de forma soberana.
- Adoptem medidas de política agrária que fortaleçam a agricultura familiar e coloquem os pequenos camponeses como força motriz fundamental para a produção de alimentos de forma sustentável.
- Garantam os direitos fundiários das comunidades rurais como pressuposto indispensável para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.

- Se comprometam a adoptar as Directrizes Voluntárias da FAO sobre a Realização do Direito Humano à Alimentação no âmbito da implementação das suas políticas e acções públicas em matéria de segurança alimentar e nutricional.
- Reúnam esforços políticos conjuntos para intensificar a cooperação entre os Estados-membros e os organismos internacionais, em particular com a FAO enquanto instituição detentora do mandato internacional para apoiar a luta contra a fome. Neste particular reafirmamos a proposta apresentada pela “Saúde em Português” em nome da sociedade civil durante a I Reunião dos Ministros da Saúde da CPLP (Cabo Verde, Abril de 2008) sobre o “Acordo de Cooperação entre a CPLP e a FAO no domínio da promoção da Segurança Alimentar e Nutricional”.
- Apoiem a constituição ou fortalecimento de espaços institucionais de carácter multisectorial para discussão das questões relacionadas com a segurança alimentar e nutricional – como Conselhos e Secretariados Nacionais – enquanto plataformas de diálogo entre Governo, Sociedade Civil e Agências. Recomendamos que essas estruturas assumam um carácter supra-ministerial e com elevado nível de imparcialidade e independência.
- Assegurem mecanismos amplos e contínuos de participação da sociedade civil ao nível da discussão, implementação e monitorização das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, nomeadamente através do incentivo e apoio ao fortalecimento das Redes da Sociedade Civil que actuam no campo da segurança alimentar e nutricional, quer a nível nacional como no espaço da CPLP.

Pela Garantia da Segurança Alimentar e Nutricional!

Estoril (Portugal), 15 de Maio de 2009

Os signatários:

ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente de Angola

ACTUAR – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento

ASP – Associação Saúde em Português

FONG – Federação das ONGs de São Tomé e Príncipe

IFSN – International Food Security Network/Rede Internacional de Segurança Alimentar

PONGs – Plataforma das ONGs de Cabo Verde

Rede da Sociedade Civil para Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe

ROSA – Rede de Organizações para a Soberania Alimentar de Moçambique

RESSAN-GB - Rede para a Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional da Guiné-Bissau